

# 1ST SCIENCE & SAFETY ANNUAL CONFERENCE SC&SAC'18

Organização do Observatório  
de Proteção Civil & Safety  
do ISEC Lisboa

CONCLUSÕES  
30 JANEIRO  
2018

Decorreu no dia 30 de janeiro de 2018, no Campus Académico do Lumiar a **1st Science & Safety Annual Conference – Sc&SaC'18**, organizado pelo Observatório de Proteção Civil & Safety do ISEC Lisboa subordinada ao tema **“Que organização de proteção civil para a próxima década”**.

A Conferência decorreu em quatro painéis. O primeiro painel foi uma mesa redonda que se debruçou sobre a visão do cidadão em relação ao sistema de proteção civil, o segundo painel sobre a visão política, o terceiro painel sobre a visão institucional e o quarto e último painel sobre a visão académica.

Foram moderadores, da mesa redonda a jornalista Sandra Felgueiras, da Rádio e Televisão de Portugal, dos painéis dois e três o jornalista Celso Paiva, da Rádio Renascença e do painel 4 o Doutor Luis Moreira, Diretor da Escola de Tecnologias e Engenharia do ISEC Lisboa.

#### **Foram Palestrantes as seguintes Individualidades:**

##### **Painel 1 – Mesa Redonda**

**Dr. Pedro Delgado Alves**

Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar  
Deputado da AR

**Eng.º Paulo Moradias**

Representante da Ordem dos Engenheiros Técnicos - OET  
Vice-presidente da Secção Regional Centro da OET

**Dr. José Fidalgo**

Mestre em Gestão Autárquica  
Ex-autarca

**Especialista Rui Quadros**

Professor da Escola de Aeronáutica do ISEC Lisboa

**Vera Oliva**

Aluna do 3º ano da Escola de Gestão do ISEC Lisboa

##### **Painel 2 – Visão Política**

**Dr. Vasco Franco**

Ex-Secretário de Estado da Proteção Civil

**Dr. João Almeida**

Ex-Secretário de Estado da Administração Interna  
Deputado do CDS-PP na AR

**Dra. Sandra Cunha**

Deputada do BE na AR

**Dr. Duarte Marques**

Deputado do PSD na AR

### **Painel 3 – Visão Institucional**

**Engenheiro José Oliveira,**

Representante do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil  
Diretor Nacional do Planeamento de Emergência

**Professor Doutor Jorge Miguel Miranda**

Presidente do Instituto Português do Mar e da Atmosfera  
Professor Catedrático

**Tenente Coronel Joaquim Eduardo Aparício Delgado**

Representante da Guarda Nacional Republicana  
Oficial de Ligação ao Comando Nacional de Operações de Socorro da ANPC

**Doutor Ricardo Ribeiro**

Presidente da Associação Portuguesa de Técnicos de Segurança e Protecção Civil

**Mestre António Nunes**

Presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo.

### **Painel 4 – Visão Académica**

**Dra. Ângela Seixas**

Professora do Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração em Aveiro  
Coordenadora do Departamento de Proteção Civil

**Engº Técº Paulo Gil Martins**

Especialista e Professor Adjunto do ISEC Lisboa  
Coordenador da Licenciatura de Engenharia de Proteção Civil  
Diretor do Observatório de Proteção Civil & Safety do ISEC Lisboa

A Conferência foi presidida por S. Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Proteção Civil Engº Tecº José Artur Neves e contou com a presença, entre outras individualidades, da Presidente do ISEC Lisboa Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Cristina Ventura, o Presidente da Universitas CRL, Engº Tecº Pedro Brás e o Diretor da Escola de Tecnologias e Engenharia do ISEC Lisboa Doutor Luis Moreira.

### **As conclusões desta conferência serão enviadas para:**

- Presidente da Republica
- Presidente da Assembleia da Republica
- Grupos Parlamentares da AR
- Primeiro Ministro
- Ministro da Administração Interna
- Secretário de Estado da Proteção Civil
- Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil
- Presidente da Escola Nacional de Bombeiros
- Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos
- Unidade de Missão sobre Incêndios Florestais
- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Associação Nacional de Freguesias
- Palestrantes e Moderadores
- ISEC Lisboa
- Agencia Lusa

**FORAM AS SEGUINTE AS CONCLUSÕES DA CONFERENCIA:**

**1. As Constatações**

- a. O sistema de proteção civil tem sido ao longo dos anos, para os agentes políticos, uma preocupação marginal, salvo durante situações de emergência onde passa, de repente, a ser uma prioridade absoluta;
- b. O sistema de proteção civil continua a ser encarado como um problema e não como uma oportunidade... porque obriga a uma visão de médio/longo prazo, que normalmente não acontece. As decisões políticas sobre o sistema de proteção civil são reativas, de curto prazo, marcadas pela inconstância e intermitência e muito pelo momento;
- c. A população não considera importante prevenir-se contra as emergências, porque não está nos seus hábitos, porque não passam de acontecimentos improváveis, que só acontecem aos outros e contra os quais, é obrigação exclusiva do Estado, tomar as devidas providências e responsabilizar-se pelas consequências;
- d. Incapacidade de todos para fornecer, conhecimento, preparação e informação à população, do que fazer numa situação de emergência, permitindo que se amplie a vulnerabilidade das comunidades e conseqüentemente o impacte dos eventos;
- e. Ignorância que leva a uma enorme confusão, a todos os níveis de responsabilidade, do que é, como funciona e a partir de que momento tem de intervir o sistema de proteção civil, tornando a Autoridade Nacional de Proteção Civil em mero agente de terreno e não um serviço do estado, com a responsabilidade maior, de dirigir estrategicamente o sistema, gerindo emergências e coordenando todas as entidades.

**2. A Legislação**

- a. A legislação não tem acompanhado as necessidades do sistema de proteção civil e, 12 anos depois das ultimas grandes alterações, torna-se necessário parar para pensar, visitar toda a legislação de forma a harmonizar e simplificar os seus conteúdos, responder a novas necessidades e, não afunilar o sistema de proteção civil numa mera organização de combate a incêndios florestais, que não é, nem nunca deverá ser, porque esse não é o seu objetivo nem a sua identidade.
- b. O Sistema de proteção civil é um sistema de gestão de emergências e estas gerem-se através de 4 pilares:
  - A Prevenção;
  - A Preparação;
  - A Resposta;
  - A Recuperação;

- c. A Constituição da Republica Portuguesa deve merecer especial atenção da Assembleia da Republica, já que em nenhum dos seus artigos, fala sobre segurança das populações ou dos cidadãos, quer ao nível da segurança interna, quer ao nível da segurança humana ou proteção civil. E este aspeto da responsabilidade do estado deve estar expresso no mais importante documento legislativo que o país tem;
- d. É responsabilidade do estado garantir a proteção de todo o território nacional, ainda que em articulação com a sociedade civil;
- e. A atual Lei de Bases de Proteção Civil, foi aprovada por unanimidade na Assembleia da Republica, mas contém vários equívocos técnico e algumas omissões relevantes, por isso é importante analisar as questões básicas que aborda e reinventar um novo sistema de proteção civil;
- f. Uma Equipa de Missão Independente, constituída por técnicos academicamente reconhecidos na área da proteção civil, para repensar todo o sistema era muito bem-vinda, com um espaço temporal de 12 meses para apresentar as suas propostas e as necessárias alterações legislativas, sem aumentar o sistema, com novos serviços ou entidades.

### **3. O Estado e os Agentes Políticos**

- a. Deve ser feita uma reflexão profunda sobre a intervenção dos agentes políticos no sistema de proteção civil. A instabilidade permanente do sistema, que depende mais dos protagonistas que dele próprio, faz com que os resultados das funções essenciais do estado nesta área sejam colocados em causa, não esquecendo que é na base, no município, que está o elo mais fraco de todo o sistema;
- b. Os agentes políticos devem assumir as suas importantes funções, no sistema, enquanto Autoridades Políticas de Proteção Civil;
- c. Os agentes políticos devem resistir à atração fatal, de vestir o colete da Proteção Civil e irem para o teatro de operações. Devem, sim, contribuir para aquilo que realmente devem fazer bem, que é o de liderar o centro de gestão da emergência e não estarem em permanência no posto de comando tático da operação;
- d. Os agentes políticos devem interiorizar que no final a responsabilidade é sua e, retirar esse peso dos operacionais que estão no terreno. Deixemos o terreno para quem é do terreno e a politica para quem é da politica:
- e. É necessário um compromisso politico alargado e estratégico, para um novo sistema de proteção civil, mais robusto e mais resiliente. Estas condições podem ser facilmente alcançadas;
- f. Torna-se fundamental que os agentes políticos alterem a sua mentalidade, nomeadamente no caso das autarquias locais, que na maior parte dos casos não têm nenhuma visão estratégica de proteção civil para o seu território. Reclamar do estado, como se as autarquias locais não

fossem estado, todas as responsabilidades, é uma visão redutora do sistema de proteção civil e que segue uma linha de desresponsabilização dos autarcas;

- g.** Os autarcas (das camaras ou das juntas de freguesia) têm que ser mais responsabilizados pelas opções de proteção civil que tomam e que não tomam durante o seu mandato;
- h.** As expetativas que os agentes políticos muitas vezes criam, são também um problema. As pessoas ficam com a expetativa que as autoridades resolvam rapidamente o problema e se tal não acontece, cria-se desconfiança no sistema, nos responsáveis e é o próprio sistema que fica diminuído.

#### **4. O Território, a Prevenção e as Pessoas**

- a.** O grande problema do território é o abandono do território e, sem pessoas não existe prevenção. É uma utopia a ideia de levar pessoas para o interior. O que se deve fazer é criar condições para que as que lá estão não saiam;
- b.** A proteção do território e das casas só se faz com pessoas e a proteção das pessoas só se faz com um território organizado e com casas seguras;
- c.** O modelo de sistema de proteção civil deve assentar na proteção e na adaptação dos cidadãos face ao risco, o que neste momento não acontece;
- d.** As pessoas são o Problema. Mas que pessoas? Todas. Políticos, técnicos, operacionais, jornalistas, comentadores, gestores, decisores, professores, cidadãos...;
- e.** A linguagem com que se quer chegar à população, não é compreendida por grande parte destas pessoas, que não estão nem nunca estiveram, envolvidas em nenhum processo nem programa informativo ou preventivo;
- f.** Cidadania é também a capacitação dos cidadãos de se organizarem para resolverem questões relacionadas com a sua segurança. É fundamental dizer ao cidadão que todos somos vulneráveis ao risco e que é necessário prepararmo-nos e adaptarmo-nos, permanentemente a novas realidades;
- g.** A sociedade tem que assumir que o cidadão em si, tem de ser responsabilizado pela sua autoproteção pois a informação é disponibilizada. Tem de se melhorar substancialmente esta cultura de adaptação e de autoproteção;
- h.** O enraizamento de um novo sistema de proteção civil tem de envolver necessariamente a população, com um especial olhar para os idosos. A solidariedade tem de ser acompanhada pela responsabilidade de cada nível do sistema;
- i.** A segurança e proteção das pessoas é um problema politico, cujas prioridades têm de ser desmistificadas. Antes de prevenir é necessário preparar as populações. Se estas não souberem, não previnem. E este aparente paradoxo é um desafio, para as decisões dos agentes políticos e dos técnicos;

- j. Os debates públicos têm também contribuído para a desinformação da população, porque lhes falta seriedade. No meio de uma tragédia não se devem fazer juízos de valor. Isso destabiliza quem está a gerir a emergência ou a comandar a operação e cria desconfiança na população, aumentando os seus níveis de ansiedade e insegurança, com consequências que podem ser graves;
- k. Prevenir e proteger é também, observar, compreender, antecipar, decidir, agir, informar e comunicar. Estes são princípios básicos que devem ser interiorizados por cada decisor, seja político, técnico ou operacional, além do conhecimento que deve ter do sistema. Quem aciona um plano de emergência deve saber o que é um plano de emergência, para que serve e o que fazer com ele, o que está longe de acontecer.

## **5. O Sistema**

- a. O sistema de proteção civil é estruturante e dos mais importante para o país. É o quarto pilar do sistema de defesa e segurança e, de uma cadeia que começa com a defesa militar, passa pelos serviços de informações, pela segurança interna e termina no sistema de proteção civil ou sistema de segurança humana;
- b. Um sistema de proteção civil de confiança, pode e deve ser um pilar do estado social;
- c. O atual sistema de proteção civil tem debilidades importantes, atingiu os limites e perdeu a sua identidade. Não consegue responder a várias crises ao mesmo tempo e falham as decisões políticas e as decisões operacionais, antes, durante e depois da emergência;
- d. Devem desenvolver-se capacidades de prevenção e prontidão. E a nova realidade para prevenir e proteger, é preparar e adaptar a população. Sem uma população preparada e adaptada aos riscos, não há prevenção nem há segurança;
- e. O sistema tem de estar preparado para gerir situações críticas, com profissionais disponíveis e qualificados para tomarem decisões. O exercício da liderança é agir e não reagir, como é característica do atual sistema. O sistema em Portugal é mais reativo que pró-ativo e preventivo e isto é muito grave;
- f. Nenhum sistema pode estar dimensionado e preparado para responder a todas as necessidades porque, em situações críticas, estas são muito maiores que os recursos disponíveis e as situações de perigo são muito mais que o tempo disponível para as resolver;
- g. É necessária uma rutura com o passado, é necessário mudar de paradigma e olhar para o futuro de forma diferente, com uma organização diferente e de maior importância hierárquica, dentro da estrutura do estado e do governo;
- h. Uma mudança que passa por alterações estruturais de base, como sejam a separação da organização de direção com a de comando ou a distinção de operações de socorro e de operações de emergência, ou a hierarquização dos eventos, de entre várias outras;

- i. O sistema de proteção civil deve avaliar todos os riscos e não estar afunilado num só, como parece acontecer há já algum tempo;
- j. A decisão sobre a organização macro do sistema é também essencial. É essencial fazer-se de imediato a adoção pela divisão administrativa ou pela divisão territorial, sendo desejável esta última, organizando o sistema a partir das NUT II e das NUT III, abandonando-se definitivamente os distritos e regionalizando-se o sistema, com os óbvios ganhos de escala e diminuição de custos;
- k. A intermunicipalização do sistema, também é ideia que se preconiza, como forma de igualmente se ganhar escala, aumentar os níveis de planeamento e coordenação e diminuir os custos;
- l. A consolidação de uma estrutura operacional vertical, de operações de socorro, mas não de emergência, com base nos Corpos de Bombeiros e integrada na organização interna da Autoridade Nacional de Proteção Civil, substituindo a atual Direção Nacional de Bombeiros, tarda em ficar decidida e é de fulcral importância para a estabilidade e ordenamento do sistema.

### **A Qualificação dos Técnicos**

- a. A proteção civil é uma ciência de futuro, transversal a toda a sociedade e a qualificação dos seus recursos humanos é indispensável para a evolução do sistema. O conhecimento é fundamental para fazer face às exigências a que o sistema está sujeito, face à evolução tecnológica, às alterações climáticas, à concentração no litoral das populações ao seu envelhecimento e ao seu evolutivo grau de informação;
- b. O sistema tem vindo a perder capacidades ligadas à competência técnica e Portugal tem de saber potenciar simultaneamente os seus recursos técnicos e humanos e apostar decisivamente na formação, em instituições de ensino profissional e ensino superior, desenvolvendo metodologias, programas e estudos técnicos e científicos, sobre os diferentes perigos, ameaças e riscos e as capacidades necessárias à mitigação das suas consequências, valorizando o conhecimento, a tecnologia e a inovação;
- c. Os cursos de Proteção Civil principalmente os de Engenharia, devem ser reconhecidos, pelas organizações que superintendem esta área, nomeadamente a Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- d. A Autoridade Nacional de Proteção Civil não pode continuar a estar desligada e desatenta desta sua grande responsabilidade, que é a de garantir que o sistema de proteção civil tenha quadros qualificados e certificados com um grau académico de proteção civil;
- e. À Autoridade Nacional de Proteção Civil cabe também o papel importante e decisivo, de harmonizar e credenciar tecnicamente, os programas dos Cursos Técnico Superiores



Profissionais, as Licenciaturas de Engenharia e os Mestrados, de forma a que haja uma uniformização dos seus planos de estudos;

- f. A Escola Nacional de Bombeiros deverá ser parceira privilegiada na componente prática dos cursos superiores;
- g. Para aumentar a qualidade do sistema é necessário que a base de recrutamento para os técnicos na área da proteção civil a nível nacional, regional e municipal seja alterada a curto prazo e que, seja incorporada a necessidade fundamental de formação na área técnica superior e de engenharia de proteção civil;
- h. A comunidade científica é importante em todo este processo nomeadamente na análise e prevenção do risco. É importante o investimento no conhecimento do risco, na investigação. Há dinâmicas que devem ser estudadas e a investigação tem de estar relacionada com a experiência no terreno.

## **6. Os Desafios**

- a. As alterações climáticas estão para ficar, com consequências que ninguém pode enfrentar ou prever. Ao longo dos tempos a natureza ganhou sempre;
- b. Há necessidade de rever as prioridades. E a preparação e adaptação das populações, a preparação e adaptação das comunidades locais devem ser a primeira prioridade;
- c. Devemos ser realistas pragmáticos e inteligentes. Nenhum país é imune a desastres e estes trazem sempre consigo, consequências humanas e económicas avultadas;
- d. Simplificar e harmonizar toda a legislação, reinventar o sistema, reorganizar estruturalmente os serviços para assegurar as missões essenciais do estado nos momentos críticos e qualificar os quadros para garantir a confiança dos Portugueses no sistema de proteção civil, são realidades a que não se pode fugir e que são opções políticas que devem ser vivamente e rapidamente consideradas;
- e. Descentralizar responsabilidades e consolidar a proteção civil no patamar intermunicipal, municipal e local, criando economias de escala com o agrupamento dos serviços municipais de proteção civil;
- f. Melhorar a prevenção, a preparação, a prontidão, envolver as pessoas e ser transparente na comunicação do risco, é indispensável;
- g. Consolidar as instituições de ensino superior, que fazem da área da proteção civil uma sua aposta estratégica, e onde se concentram a maior parte dos recursos humanos dedicados a este saber avançado, revela-se indispensável, de modo a que o conhecimento possa ser aplicado de forma mais prática e qualificada, no desenvolvimento do sistema de proteção civil e, portanto, da segurança do país;
- h. O Sistema de Proteção Civil é fundamental para fazer face à pluralidade dos riscos que ameaçam as modernas sociedades humanas e, é por isto que a Proteção Civil deve ser

permanentemente considerada, no interior de qualquer aparelho governamental, como uma função de decisiva importância do Estado;

- i. Enfrentar a constante apatia das comunidades e dos agentes políticos, colocando o sistema de proteção civil permanentemente na agenda pública e política, até à sua renovação, é um fator crítico de sucesso, porque “Quem quer arranja sempre uma maneira... quem não quer arranja sempre uma desculpa...”.

**ISEC Lisboa, 19 de março de 2018**

**Observatório de Proteção Civil & Safety  
ISEC Lisboa**